

A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: Uma Abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana

Gilberto Carvalho Oliveira

Doutor em Relações Internacionais - Política Internacional e Resolução de Conflitos - pela Universidade de Coimbra e investigador-associado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O autor é apoiado financeiramente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), referência SFRH/BD/72879/2010.

Resumo

Este artigo propõe uma análise comparativa entre as concepções de segurança dentro dos estudos estratégicos e da teoria da securitização, ilustrada pelo caso da crise nuclear iraniana. Ao confrontar essas diferentes abordagens à segurança, o artigo tem quatro objetivos: em primeiro lugar, examinar de que modo cada abordagem enxerga os problemas de segurança; em segundo lugar, analisar como elas funcionam como ferramenta de análise; em terceiro lugar, identificar as suas afinidades e diferenças; e finalmente, verificar até que ponto é possível algum diálogo entre elas.

Abstract

International Security in Strategic Studies and Securitization Theory: A Comparative Analysis Based on the Iranian Nuclear Crisis

This article proposes a comparative analysis between security conceptions within strategic studies and securitization theory, illustrated by the case of the Iranian nuclear crisis. By confronting these two different approaches, the article has four objectives: examine how both perspectives conceive security problems; analyse how they function as analytical tools; identify their affinities and differences; and verify to what extent it is possible some dialogue between them.

Introdução

A Estratégia, tal como sintetiza a emblemática formulação de Clausewitz – “a guerra é a continuação da política por outros meios” (1976: 177) –, tem o seu foco conceptual centrado na relação entre guerra e política. Essa relação é obviamente complexa e uma discussão sobre a melhor forma de a definir pode suscitar longos e polémicos debates que fogem aos propósitos deste artigo. Para os efeitos da análise aqui proposta, importa compreender a Estratégia como o processo que “converte poder militar em efeitos políticos” (Kane e Lonsdale, 2012: 2). Nesse sentido, a sua articulação enquanto área de estudos vai além das fronteiras das ciências militares e penetra o campo disciplinar das ciências políticas, em particular o das Relações Internacionais e do seu subcampo dedicado aos estudos de segurança internacional.

É, pois, sob a ótica das Relações Internacionais que este artigo focaliza a Estratégia, partindo da sua tradicional afinidade com a abordagem dominante na disciplina – o realismo – para confrontá-la, num segundo momento, com uma das perspectivas críticas mais influentes no âmbito dos estudos de segurança no pós-Guerra Fria: a Teoria da Securitização. A Estratégia e a Teoria da Securitização concebem a segurança a partir de duas perspectivas bem distintas: se para os estudos estratégicos a segurança define-se em termos de capacidades militares e defesa do Estado (e, nesse sentido, a segurança é algo objetivo a ser alcançado através da mobilização de recursos humanos e materiais e do desenvolvimento de ações e mecanismos capazes de gerir ou eliminar as fontes objetivas de insegurança do Estado), para a teoria da securitização, de outro lado, a segurança é uma construção social e define-se de forma intersubjetiva através do discurso político. Dessa segunda perspectiva, nenhuma questão é dotada de uma ‘essência’ ameaçadora que lhe permita, objetivamente, ser considerada um problema de segurança; em vez disso, as fontes de insegurança ou ameaças são socialmente construídas através de um tipo particular de discurso que, em última instância, tenta reproduzir a lógica da guerra. Do ponto de vista da securitização, portanto, um problema de segurança só nasce a partir do momento em que é articulado através do discurso das elites (políticas, militares, culturais, científicas, económicas, etc.) como uma grave ameaça à sobrevivência de um determinado objeto (por exemplo o Estado, a soberania nacional, a democracia, a economia, o meio ambiente, as fontes de energia) contra a qual medidas extremas são justificáveis (em geral o uso da força). Pode-se dizer, desse ponto de vista, que o termo ‘segurança’ funciona como uma espécie de ‘rótulo’ do discurso político que, ao ser aplicado a qualquer tópico (incluindo aqueles não relacionados às tradicionais questões militares), produz efeitos práticos na sua gestão: cria uma situação de emergência e submete a questão a um grau de prioridade tão elevado que a sociedade passa a aceitar o seu tratamento através de medidas de exceção. É esse processo discursivo e socialmente compartilhado de construção de ameaças e de justificação de medidas extremas na sua gestão que se chama securitização (Wæver, 1995; Buzan *et al.*, 1998).

Ao confrontar essas duas diferentes abordagens à segurança, este artigo tem três objetivos: em primeiro lugar, examinar de que forma cada uma delas enxerga os problemas de segurança; em segundo lugar, compreender como elas funcionam como instrumento de análise; em terceiro lugar, verificar as suas afinidades e diferenças. Buscando atingir esses objetivos, o artigo segue estruturado em quatro seções. A primeira faz uma síntese sobre a forma como os estudos de Estratégia e o realismo são associados para constituir a abordagem à segurança dominante nas Relações Internacionais. A segunda seção discute a ‘viragem construtivista’ em curso nos estudos de segurança desde o fim da Guerra Fria, destacando a emergência da teoria da securitização da Escola de Copenhaga. A terceira seção ilustra essas abordagens (a estratégico-realista e a securitização) com base em duas análises distintas sobre o caso da crise nuclear iraniana. Uma seção conclusiva faz uma síntese comparativa das duas abordagens aqui discutidas e procura responder até que ponto é possível um diálogo entre elas.

A Convergência entre Realismo e Estratégia nas Relações Internacionais

O realismo nas Relações Internacionais e o pensamento estratégico compartilham algumas referências clássicas – Tucídides e Maquiavel por exemplo – de onde absorvem noções basilares como as de sobrevivência, poder e interesse nacional. Reforçadas pela concepção trágica da natureza humana e pelas noções de poder e anarquia herdadas de Hobbes, essas ideias fornecem a base sobre a qual Morgenthau – uma das referências seminais do pensamento realista nas Relações Internacionais – constrói a sua representação fotográfica sobre a essência da política entre as nações: a “luta pelo poder” (Morgenthau, [1948] 1993: 5 e 10). Nessa fotografia – onde cada Estado aparece como unidade de referência autónoma dentro de um conjunto anárquico de múltiplos Estados com interesses potencialmente antagónicos – a luta pelo poder segue uma dinâmica de confrontação e competição que os realistas chamam de balança de poder. Em sua versão mais básica, essa dinâmica assume o seguinte padrão: de um lado, um Estado ‘A’ com uma política imperialista em relação a um Estado ‘B’ tenta aumentar o seu poder numa extensão tal que lhe permita controlar as decisões de ‘B’ e, com isso, levar a cabo a sua política de dominação; de outro lado, o Estado ‘B’ tenta igualmente aumentar o seu poder numa proporção tal que lhe permita resistir às pressões de ‘A’ e, com isso, frustrar as intenções imperialistas do seu antagonista. Essa dinâmica de poderes entre os Estados segue uma espiral crescente com dois resultados possíveis: a manutenção da estabilidade, ainda que contingente e sujeita a constantes reavaliações, ou a guerra (Morgenthau, [1948] 1993: 189).

Essa permanente luta pelo poder e os conceitos que daí surgem para explicar a guerra ou o tipo de estabilidade possível entre Estados submetidos à inevitável condição de anarquia – balança de poder, dilema de segurança, alianças, dissuasão, bipolaridade,

estabilidade hegemónica, etc. – são temas que dominam a teoria e a prática das Relações Internacionais após a Segunda Guerra Mundial, unindo um grupo influente de autores que se propõe pensar a política internacional ‘tal como ela é’. Em que pese as particularidades e subtilezas que os distinguem – especialmente as que separam os realistas clássicos (Morgenthau, Aron, Neibuhr, Kennan, Kissinger, Herz, Wight e outros) dos neorealistas (principalmente Waltz) – as suas reflexões são geralmente fiéis ao mesmo núcleo: os Estados, seus interesses definidos em termos de poder e, dadas as implicações da anarquia, a sua permanente insegurança. Do ponto de vista realista, portanto, são as implicações da luta pelo poder e a busca de segurança pelos Estados que dão à política internacional, bem como ao seu campo específico de estudos, uma identidade própria (Terriff *et al.*, 1999: 38).

Essa visão de que o ‘Estado é o lobo do Estado’¹ e a espiral de insegurança que daí emerge perante a possibilidade de que o mais fraco tenha a sua sobrevivência ameaçada pelo mais forte fazem com que a concentração de poder, medida em termos de capacidades militares, assuma um papel central na agenda realista. Perante a inexistência de uma autoridade global, cabe aos Estados cuidarem de si próprios, o que em termos realistas significa: “estejam sempre preparados para a guerra” (Fierke, 2005: 3). Sob esse aspeto, o realismo e o pensamento estratégico tornam-se particularmente próximos. Ainda que essa convergência não se prenda necessariamente à dimensão militar – na medida em que o poder de um estado também se expressa em termos de recursos naturais e tecnológicos, população, geografia, formas de governo, lideranças políticas, ideologias e outros aspetos não militares – o facto é que na fotografia realista do mundo a guerra é determinante e, em última análise, é a ameaça real ou potencial do uso da força que define as relações entre os Estados dentro de um sistema anárquico (Terriff, 1999: 63-64). Dessa perspetiva, mesmo quando os realistas – e também os estrategistas – privilegiam os fatores económicos, políticos ou ideológicos nas suas análises, em última instância é no potencial de conversão desses fatores em instrumentos de força pelos Estados que eles estão a pensar.

A convergência entre o realismo e o pensamento estratégico, porém, não resulta apenas das suas afinidades conceptuais e a história dessa aproximação mostra um quadro fortemente condicionado pelas dinâmicas políticas próprias da Guerra Fria, pelo imperativo tecnológico nuclear, pelo debate metodológico nas Relações Internacionais e pela institucionalização da Estratégia como agenda de investigação legítima no estudo da segurança internacional. Desse ponto de vista mais sociológico do que meramente conceptual, Buzan e Hene (2009: 66-100) traçam um panorama abrangente da convergência realismo-estratégia, começando por destacar que a Estratégia, enquanto área de interesse no domínio das Relações Internacionais, só se cristaliza no

1 Parafrazeando aqui a clássica frase utilizada por Hobbes para definir o estado de natureza do homem sob a condição de anarquia: “o homem é o lobo do homem”.

decorrer da Guerra Fria. Segundo os autores, esse movimento de cristalização emerge nos EUA, e em menor extensão na Europa, através da interação entre especialistas em assuntos militares e acadêmicos das ciências sociais com o objetivo de formular políticas voltadas para os problemas resultantes das armas nucleares e dos desafios colocados ao Ocidente pela União Soviética. Essa interação, claramente encorajada pelo governo americano através de financiamentos destinados aos estudos acadêmicos na área da Estratégia, abre espaço para a *expertise* civil dentro de um universo tradicionalmente centrado na experiência militar. Para além desse aspeto, algumas dinâmicas internas do próprio debate acadêmico contribuem para essa convergência: nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra, o realismo coloca no núcleo dos seus esforços o compromisso de fazer das Relações Internacionais uma ciência (Fierke, 2005: 6); na mesma época, os estudos estratégicos já estão na vanguarda nessa direção, demonstrando uma familiaridade com os métodos científicos (positivismo, quantificação e teoria dos jogos) que, em certa medida, indica aos realistas o caminho a seguir (Buzan e Hene, 2009: 89). Essa afinidade caminha para a sua ‘idade de ouro’ entre os anos 1955 e 1965, na medida em que os estrategistas se legitimam e se institucionalizam através do estabelecimento de cursos e centros de estudos estratégicos dentro das universidades, do florescimento de publicações científicas e da construção de agendas de investigação, obtenção de financiamentos e divulgação dos seus resultados enquanto investigadores reconhecidos como especialistas em ‘segurança’ no domínio disciplinar das Relações Internacionais (Buzan e Hene, 2009: 91-98).

A consequência dessa convergência, segundo Buzan e Hene, é que o debate nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria “torna-se praticamente todo devotado aos estudos das armas nucleares e da rivalidade bipolar” e a concepção de segurança compartilhada pelos realistas e estrategistas torna-se de tal forma institucionalizada que a maior parte da bibliografia produzida na época “sente-se desobrigada da necessidade de discutir o conceito de segurança” (Buzan e Hene, 2009: 67). Embora os Estudos para a Paz (*Peace Studies* ou *Peace Research*) tenham tentado desafiar esse paradigma de segurança ao assumir uma preferência normativa pela paz², o que se pode observar dentro de um grande quadro, tal como notam Buzan e Hene, é que os estudos estratégicos e grande parte da agenda de investigação dos

2 Os Estudos para a Paz observam que o conceito de paz sempre foi de menor importância dentro dos estudos estratégicos. Ainda que a paz possa ser considerada o objetivo último da Estratégia, ela nunca foi desenvolvida como um conceito central e independente; ao contrário, a paz sempre foi entendida num sentido subordinado como sendo uma consequência da ausência da guerra, como uma condição da vitória ou como uma situação contingente e precária resultante da balança de poder. Num sentido alternativo, os Estudos para a Paz propõem uma teorização da paz em si mesma, valorizando-a por seus próprios méritos e defendendo uma mudança de foco para o conceito de paz em vez do tradicional foco na segurança. Para uma síntese dos Estudos para a Paz durante o período da Guerra Fria ver Terriff *et al.* (1999: 65-81); Buzan e Hene (2009: 101-155).

estudos para a paz, nomeadamente aquela dedicada ao conceito de paz negativa e ao controlo de armas, constituem no período da Guerra Fria uma só conversação: apesar das discordâncias e dos antagonismos declarados quanto às prioridades, posições políticas e formas de definir os problemas, estrategistas e investigadores para a paz respondem, grosso modo, ao mesmo tipo de problema – como alcançar a segurança no contexto da confrontação nuclear bipolar – e, nessa direção, sobrepõem-se muitas vezes, seguem balizas similares, buscam um padrão de institucionalização paralelo e compartilham praticamente a mesma pretensão de cientificidade (Buzan e Hene, 2009: 153-154). Do ponto de vista dos estudos de segurança, portanto, a Guerra Fria é um período relevante não apenas como um momento histórico particular, mas principalmente como o contexto que permite cristalizar uma conceção dominante de segurança internacional, forjada na interseção entre o realismo e a Estratégia, que só será radicalmente desafiada a partir dos últimos anos da década de 1980.

A ‘Viragem Construtivista’ nos Estudos de Segurança no Pós-Guerra Fria e a Teoria da Securitização

Ainda nos últimos anos da Guerra Fria, muitas das assunções do paradigma estratégico-realista da segurança começam a ser desafiadas. Conforme sintetiza Fierke (2005: 13), após décadas de inimizade, as duas superpotências passam a atuar como amigas, mostrando que as identidades dos Estados não são fixas; ao mesmo tempo, as duas potências iniciam processos de desarmamento, derrubando assim a assunção realista de que, num sistema anárquico, armar-se é sempre a opção mais racional do Estado; além disso, as abordagens estratégico-realistas não conseguem antever o fim da Guerra Fria, nem explicar o seu desfecho pacífico, apesar de todo o aparato explanatório neopositivista desenvolvido para produzir generalizações e previsões. Com os seus modelos e teorias sendo questionados, muitas das ‘verdades’ fixas e universais deduzidas pela comunidade estratégico-realista a partir da confrontação militar este-oeste evaporam, dando origem a um período de desorientação onde “a função, o prestígio e o financiamento de todo o edifício dos estudos estratégicos” passam a ser colocados em questão (Buzan *et al.*, 1998: 3).

Neste contexto, começa a abrir-se um espaço para uma abordagem constitutiva da guerra e das mudanças na relação entre os Estados. Isto significa que, ao contrário da epistemologia causal que está na base do paradigma estratégico-realista, as abordagens constitutivas assumem a impossibilidade de conhecer a política internacional na sua materialidade através da identificação de relações de causa e efeito objetivamente observáveis, capazes de levar a regularidades, generalizações e previsões sobre a segurança internacional. Conforme explica Fierke (2005: 7), é óbvio que o mundo material existe fora da mente do sujeito, mas o seu conhecimento não pode ser alcançado nesse estado de pureza. Por outros termos, o mundo e o sentido

que ele assume são sempre constituídos dentro do processo de interação entre os sujeitos do conhecimento e entre esses sujeitos e os objetos do mundo. É esse tipo de relação constitutiva que está na base do construtivismo social. Desse modo, em vez de buscar uma abordagem cientificista baseada em relações causais e generalizações objetivamente identificadas na estrutura internacional para explicar a relação entre guerra e política (tal como prevalece no paradigma estratégico-realista), as abordagens

constitutivas começam a valorizar a construção de identidades (amigo/inimigo, interno/externo, nacional/internacional) e a investigar como essas identidades se constituem mutuamente através das interações entre os agentes (não apenas os Estados, mas também os atores não estatais e os subnacionais) e as estruturas da política internacional (Fierke, 2005: 13).

Partindo de uma variedade de teorias sociais – teoria crítica, pós-modernismo, pós-estruturalismo, feminismo, etc. – as abordagens constitutivas começam a ver a política internacional como uma ‘construção social’, ou seja, passam a aceitar os princípios construtivistas de que “as estruturas da associação humana são determinadas primariamente por ideias compartilhadas em vez de forças materiais” e que “as identidades e os interesses dos atores são construídos por essas ideias compartilhadas em vez de serem dadas pela natureza” (Wendt, 1999: 1). É com base nessa posição que Wendt desafia uma das assunções centrais do realismo ao afirmar que a “anarquia é o que os Estados fazem dela” (1999: 313), não existindo nada que se pareça com “uma lógica da anarquia *per se*” (Wendt, 1999: 308). Com essa afirmação, o autor quer dizer que a anarquia não obedece a nenhuma lógica pré-fixada, mas pode gerar diferentes lógicas, mais competitivas ou mais cooperativas, dependendo das escolhas específicas dos Estados. Por outras palavras, os atores da política internacional não possuem uma natureza ou uma identidade fixa; ao contrário, eles relacionam-se de modos diferentes, moldando as suas ações em função da maneira como constroem um sentido de amizade ou de inimizade nas suas interações. Desse ângulo, a lógica anárquica do sistema internacional, a eterna desconfiança entre os Estados, a espiral de insegurança que daí emerge e a inevitabilidade da guerra não mais podem ser vistas como um modelo fixo ou uma reprodução objetiva das relações entre os Estados. Se essas relações são socialmente construídas, as tentativas de buscar uma ‘essência’ ou uma fotografia fiel e perene da estrutura internacional – e, com base nessa fotografia, explicar as causas da guerra, a relação entre guerra e política e as dinâmicas da segurança internacional – não mais conseguem ser sustentadas.

Essa ‘viragem construtivista’ no estudo da política internacional tem impactos relevantes no debate sobre a segurança no pós-Guerra Fria, contribuindo para abrir o leque de abordagens para inúmeras correntes que, invariavelmente, passam a defender os seus pontos de vistas particulares como alternativas ao paradigma

estratégico-realista dominante nas Relações Internacionais (Baldwin, 1995; Booth, 1991; Buzan, 1991; Buzan *et al*, 1998; Campbell, 1992; Huysmans, 1998; Kaldor, 2000; Lipschutz, 1995; Tickner, 1995; Wæver, 1995; Williams, 1998; Wyn Jones, 1999). Embora esse movimento de revisão do conceito de segurança não seja convergente – ao contrário, as abordagens são influenciadas por uma diversidade de perspectivas críticas que variam de um polo ‘moderno’ mais conservador até um polo ‘pós-moderno’ mais radical – pode-se afirmar que alguns elementos são transversais ou compartilhados em certa medida pelos autores: em primeiro lugar, as questões de identidade e cultura são vistas como aspetos chave na compreensão da relação entre segurança e política; em segundo lugar, teorias sociais e teorias da linguagem são mobilizadas para produzir uma crítica radical ao caráter militarista e cientificista do paradigma estratégico-realista (Burgess, 2010: 2).

Nesse contexto, um debate conhecido no âmbito dos estudos de segurança internacional pela expressão ‘alargamento *versus* estreitamento’ ou ‘tradicionalismo *versus* não-tradicionalismo’³ ganha corpo no final dos anos 1980 e, principalmente, na primeira metade dos anos 1990. Nesse debate, a posição estratégico-realista da segurança – centrada no foco militarista e nuclear da Guerra Fria – passa a ser desafiada por diversos autores que defendem o alargamento do conceito de segurança para além dos estreitos limites da posição tradicionalista, a fim de contemplar as crescentes preocupações com as questões de identidade, da criminalidade transnacional e das agendas económicas e ambientais da segurança (Buzan *et al*, 1998: 2). Esse debate politiza o conceito de segurança (Snyder, 1999: 7), expandindo o seu foco para uma multiplicidade de possíveis sentidos. No polo expansionista, os analistas consideram que as ameaças militares têm a sua relevância diminuída no pós-Guerra Fria e que o conceito de segurança deve ser alargado para incluir uma série de aspetos não tradicionais – como criminalidade, terrorismo, epidemias, pobreza, desastres naturais, migrações, etc. – que, segundo eles, se tornam cada vez mais importantes e ameaçadores do ponto de vista global do que os clássicos problemas da segurança militar. No polo tradicionalista, de outro lado, um dos argumentos centrais em defesa da manutenção do foco da segurança no seu objeto clássico – o fenómeno da guerra – é o risco de que a expansão excessiva do conceito leve à “destruição da coerência intelectual” dos estudos de segurança como um todo e à perda da capacidade de formular políticas voltadas para a solução dos importantes problemas associados ao estudo das ameaças e ao uso e controlo da força militar (Walt, 1991: 212-213).

Procurando levar em consideração esse alerta tradicionalista, mas assumindo, ao mesmo tempo, uma posição não-tradicionalista, expansionista e construtivista da

3 Designadas em inglês pelos termos ‘*wide versus narrow*’, ‘*broadening versus narrowing*’ ou ‘*traditionalism versus non-traditionalism*’.

segurança, um grupo de autores vinculados ao Instituto de Estudos para a Paz da Universidade de Copenhaga propõe, em meados dos anos 1990, uma reconceptualização da segurança, designada pelo termo securitização. Essa reformulação contribui para o debate expansionista ao ampliar o campo da segurança para além do tradicional setor militar, identificando pelo menos mais quatro setores onde os problemas de segurança podem ser construídos: ambiental, económico, político e societal (Buzan *et al.*, 1998). Ao mesmo tempo, porém, essa reconceptualização coloca um limite nessa expansão ao conservar, no núcleo teórico da securitização, a forma tradicional da segurança, ou seja, a lógica formal da guerra.

Inicialmente proposto por Wæver (1995) e subsequentemente incorporado ao trabalho coletivo da chamada Escola de Copenhaga (Buzan *et al.*, 1998), o conceito de securitização busca responder a seguinte questão de partida: o que faz de alguma coisa um problema de segurança? (Wæver, 1995: 54; Buzan *et al.*, 1998: 21). Segundo a Escola de Copenhaga, as abordagens objetivas voltadas para o estudo das ameaças concretamente observáveis no mundo real (como é o caso do polo tradicionalista) e as abordagens subjetivas dedicadas ao estudo das ameaças tal como são percebidas na mente dos atores (dando ao conceito de segurança infinitos sentidos) não respondem satisfatoriamente a essa questão, pois não captam as interações intersubjetivas que são próprias do processo de construção social da segurança, processo esse que é discursivo e pertence exclusivamente ao domínio da política (Buzan *et al.*, 1998: 30-1). Desse ponto de vista, “a qualidade da segurança não pertence à ameaça, mas à gestão da ameaça” (Wæver, 2011, 472), o que significa dizer que o problema de segurança é socialmente construído a partir do momento em que uma ameaça é articulada dentro do discurso político como um perigo iminente contra o qual medidas excepcionais são necessárias. É nesse sentido, portanto, que a segurança não pode ser considerada uma qualidade essencial da ameaça, mas sim de um tipo particular de gestão de problemas, baseado na evocação de uma situação de emergência e na justificação de respostas extremas, normalmente associadas ao uso da força e à quebra dos procedimentos políticos normais, reproduzindo de certa forma a lógica extrema da guerra (Buzan *et al.*, 1998: 23-26).

O processo de construção desse sentido de excecionalidade e urgência é articulado do ponto de vista teórico partindo da ideia de que a securitização é um ato de fala (*speech act*), o que implica dizer que o ato de proferir alguma coisa segundo os jogos de linguagem próprios da segurança, em si mesmo, é o que torna essa coisa um problema de segurança. Empregando a terminologia própria da Escola de Copenhaga, esse processo intersubjetivo de construção da segurança pode ser assim sintetizado: ao declarar que um referido objeto (Estado, soberania, meio ambiente, energia, alimentos, paz, etc.) está diante de uma ameaça extrema (Estado inimigo, terroristas, piratas, traficantes de droga, imigrantes, epidemias, etc.), um ator securitizador (elites governamentais, militares, culturais, científicas,

económicas, etc.) passa a reclamar o direito de adotar medidas de emergência (em geral a coerção ou o uso da força), a fim de garantir a sobrevivência do objeto em questão. Essa declaração, porém, não é suficiente para configurar a securitização; ela indica apenas um movimento que precisa ser percebido e aceite como legítimo por uma audiência relevante. Essa audiência não se confunde, necessariamente, com a opinião pública geral e, dependendo do objeto de referência, a aceitação de um público restrito, relacionado ao objeto ameaçado, é suficiente para que a securitização seja concretizada. Em suma, afirmar que a segurança é um processo intersubjetivo quer dizer que ela se define através da interação entre sujeitos, ou seja, através de atos discursivos negociados entre o ator de securitização e a audiência (Buzan *et al.*, 1998: 26).

Desse ponto de vista, a segurança é o produto de uma prática autorreferencial: é dentro do discurso político que um problema de segurança é construído e não necessariamente porque existe uma ameaça concreta, material, observável e mensurável no mundo real (Buzan *et al.*, 1998: 24). Isso não significa que os aspetos externos ao discurso sejam irrelevantes. Ao contrário, tais aspetos exercem uma função importante na medida em que influenciam a aceitação ou a rejeição do movimento de securitização pela audiência. Por exemplo, os atos de fala sustentados por um elevado capital social do ator securitizador (traduzido por sua posição de autoridade e poder, como é o caso dos governantes, líderes militares, elites culturais, científicas e económicas, etc.) ou relacionados a condições historicamente associadas à noção de ameaça (como tanques estrangeiros nas fronteiras, catástrofes naturais, etc.) são mais fáceis de serem aceites pela audiência do que os atos de fala desvinculados de qualquer referência objetiva ameaçadora ou pronunciados por agentes desautorizados ou desprovidos de qualquer *status* de poder (Wæver, 2003: 15). Isto não quer dizer, porém, que estas condições objetivas desafiem o caráter intersubjetivo da teoria da securitização. Segundo a Escola de Copenhaga, tais condições, em si, não são suficientes para configurar uma securitização e devem ser encaradas como condições que facilitam os atos de fala, ou seja, como condições sob as quais os discursos de segurança funcionam com maior ou menor eficiência (Buzan *et al.*, 1998: 32).

Embora a securitização se tenha tornado numa das abordagens mais influentes no âmbito dos estudos de segurança na última década, a Escola de Copenhaga não tem sido imune a uma série de críticas dentro do próprio polo expansionista, particularmente de autores que defendem “um alargamento mais radical” do conceito de segurança (Buzan e Hansen, 2009: 215). De facto, a Escola de Copenhaga adota uma posição cautelosa em relação à expansão indefinida do conceito de segurança. Segundo Wæver, o rótulo ‘segurança’ é indicador de um campo específico de práticas e não deve ser confundido com o senso comum do termo: “historicamente, a segurança é o campo onde Estados se ameaçam uns aos outros, desafiam a soberania

do outro, tentam impor a sua vontade sobre o outro, defendem a sua independência” (Wæver, 1995: 50). Deste modo, mesmo reconhecendo que o campo da segurança não é estático e que a “forte identificação militar dos velhos tempos” já não é mais a mesma, Wæver observa que a tradicional “imagem dos ‘desafios à soberania’ e a noção de defesa” (Wæver, 1995: 50) continuam a determinar a forma como as elites políticas evocam o termo segurança para designar problemas que, mesmo não sendo militares, ainda assim são vistos como uma ameaça à sobrevivência da ordem política em vigor (Wæver, 1995: 52-3). Segundo Wæver, portanto, manter o debate sobre a segurança ancorado na sua problemática tradicional é uma questão de coerência. É essa âncora que permite “repensar e reconstruir o conceito de segurança” sem cair numa discussão sem sentido e estranha aos “jogos de linguagem” que são peculiares ao campo da segurança como um todo (Wæver, 1995: 50-1). Com base nessa assunção, a ampliação do conceito de segurança proposta na teoria da securitização – de modo a englobar as ameaças construídas não só no setor militar, mas também nos setores político, económico, societal e ambiental (Buzan *et al.*, 1998: 7) – não perde de vista que a lógica do jogo continua a ser derivada do tradicional discurso de segurança nacional: “urgência; poder do Estado reclamando o legítimo uso de medidas extraordinárias; uma ameaça vista como um perigo potencial à soberania” (Wæver, 1995: 51).

Apesar dessa clara opção por um aparato conceptual relativamente tradicional no núcleo da teoria da securitização – o que, não raras vezes, tem provocado acusações de que a securitização se aproxima mais da tradição estratégica do que das posições defendidas nos estudos críticos de segurança (Booth, 2005: 271) – a Escola de Copenhaga argumenta que a manutenção dessa ‘forma’ relativamente conservadora da segurança não fragiliza a sua posição crítica; ao contrário, constitui um fator de força pois permite questionar as estruturas tradicionais de segurança (elites estatais, comunidade estratégica, comunidade de inteligência, etc.) e as suas dinâmicas (militarização, estados de emergência, vigilância, etc.) usando os seus próprios jogos de linguagem (Wæver, 1995: 50-1). Em última análise, são essas instâncias e dinâmicas tradicionais de construção de ameaças e proposição de medidas excepcionais que a Escola de Copenhaga pretende criticar quando atribui um valor negativo à securitização e adota uma preferência normativa pelo movimento inverso, a dessecuritização. Segundo Wæver, ao tentar equacionar os problemas sociais dentro do binómio “ameaça-defesa”, o processo de securitização é um passo que antecede a produção de mais violência (2003: 23). Portanto, “de uma perspectiva de resolução de conflitos”, diz Wæver, “a direção adequada parece ser a dessecuritização em vez da produção de mais segurança”, ou seja, fazer com que a questão deixe de ser enunciada dentro de uma lógica de guerra para ser reintegrada a uma agenda política normal (Wæver, 2003: 13). Ao tirar a questão das pressões impostas pela emergência, esse movimento inverso tende a apontar para

soluções mais pacíficas, criativas e democráticas (Wæver, 2003: 10). É, pois, dentro dessa opção normativa pela dessecuritização onde reside o maior potencial crítico da teoria da securitização. E a eficácia dessa crítica resulta, justamente, da sua capacidade de ser formulada e percebida sem fugir dos códigos tradicionais da segurança, sem diluir ou descaracterizar o conceito de segurança ao ponto de impedir um diálogo com o *mainstream*.

Estratégia versus Securitização: O Caso da Crise Nuclear Iraniana

Desde o início dos anos 2000, o programa nuclear iraniano tem atraído a atenção internacional, assumindo cada vez mais os ares de uma crise entre o Ocidente e o Irão. Enquanto os Estados Unidos, Israel e a União Europeia condenam esse programa, desconfiando de uma possível agenda oculta com fins militares, o Irão insiste em afirmar que a sua capacitação nuclear tem um propósito exclusivamente pacífico e se destina a atender as suas necessidades de geração de energia. Em dez anos de negociações frustradas e incompreensões de ambas as partes, a crise tem sido marcada, do lado ocidental, por acusações de falta de transparência do Irão em relação ao seu programa de enriquecimento de urânio e implantação de um apertado regime de sanções contra o país, liderado pelos Estados Unidos e aprovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas; do outro lado, o Irão sente-se exposto a padrões ambíguos do regime de não proliferação nuclear que se tem mostrado tolerante com Estados não signatários e detentores de arsenais nucleares como Israel e Índia, enquanto acusa a República Islâmica, um Estado signatário, de violar as obrigações do Tratado, apesar das suas reiteradas alegações quanto ao propósito pacífico da sua tecnologia nuclear (Hayes, 2009; Pieper, 2013). Nesse contexto, os fracassados esforços de diplomacia nuclear não têm conseguido evitar um crescente nível de tensão, de modo que a questão nuclear iraniana, hoje, caminha para uma das posições mais elevadas da agenda de segurança internacional.⁴

A fim de exemplificar as diferentes concepções de segurança discutidas neste artigo, o caso da crise nuclear iraniana é examinado, nesta secção, sob as lentes do paradigma estratégico-realista e da teoria da securitização. Considerando os limites e o propósito deste artigo, não se pretende realizar um estudo de caso original e exaustivo sobre o tema, mas apenas ilustrar, com base em estudos já realizados por outros autores, as perspectivas de segurança aqui discutidas. Desse modo, a primeira ilustração toma por base um artigo de Waltz (2012), uma das referências centrais do neorrealismo nas Relações Internacionais, onde a crise nuclear iraniana é abordada

4 O recente relatório sobre ameaças globais produzido pela Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos e encaminhado ao Senado daquele país (IC, 2013) coloca as armas de destruição em massa, nomeadamente os programas nucleares do Irão e da Coreia do Norte, como uma das maiores ameaças globais da atualidade.

do ponto de vista da balança de poder militar entre Israel e Irão e, portanto, dentro do paradigma estratégico-realista da segurança; a segunda ilustração apoia-se num trabalho de Hayes (2009), onde a questão nuclear do Irão é comparada à da Índia à luz do aparato conceptual e metodológico da teoria da securitização da Escola de Copenhaga. Esses exemplos, integrados à exposição teórica das secções anteriores, constituem a base sobre a qual será posteriormente realizada a síntese comparativa proposta neste artigo.

“O Poder Implora para ser Balanceado”: Waltz e uma Abordagem Estratégico-Neorrealista da Crise Nuclear Iraniana

Segundo Waltz, o foco da instabilidade no médio oriente não é o Irão, mas Israel. Em nenhuma outra região do mundo, explica o autor, “um Estado nuclear solitário e sem controlo existe”; portanto não é a ambição nuclear do Irão, mas sim o monopólio nuclear de quatro décadas de Israel o que mais tem contribuído para a crise atual (2012: 3). A manutenção desse *status* é obviamente vantajosa para Israel, o que explica a sua disposição para usar a força contra qualquer Estado que tente quebrar o seu monopólio, conforme fez em 1981 contra o Iraque, em 2007 contra a Síria e ameaça fazer agora contra o Irão. Mas é preciso observar, continua Waltz, que a capacidade que Israel tem demonstrado para bombardear impunemente potenciais rivais se tem convertido numa disposição dos seus inimigos para a obtenção dos meios necessários para evitar a continuidade desse desequilíbrio. Nesse sentido, argumenta o autor, as atuais tensões não devem ser vistas como “os estágios iniciais de uma crise nuclear iraniana relativamente recente”, mas sim “como os estágios finais de uma crise nuclear de décadas no médio oriente que só irá acabar quando a balança de poder militar for restaurada” (Waltz, 2012).

Essa polémica posição, justificada por Waltz dentro do modelo de análise estratégico-realista típico da Guerra Fria, é diametralmente oposta à abordagem praticamente unânime dos governos e comunidades estratégicas ocidentais que, nos últimos anos, têm dedicado parte significativa dos seus esforços em debater sobre qual a política mais adequada para frear as ambições nucleares iranianas. De modo geral, esse debate tem-se desdobrado nas seguintes posições básicas: uma resposta militar, incluindo a opção de um ataque preemptivo às instalações nucleares do Irão (Mahapatra e Tourangdam, 2011; Ramberg, 2010); uso da diplomacia coerciva e de um regime de sanções contra o Irão (Alam, 2011); contenção do Irão através de uma estratégia de dissuasão (Korb, 2010); ou busca de resolução pacífica da crise através de uma diplomacia de confiança (Pickering, 2010). Waltz não cita nem coloca seu argumento como contraponto a alguma dessas posições particulares, mas da sua perspetiva neorrealista (e portanto centrada na estrutura do sistema internacional e na distribuição de poder entre as suas unidades, os Estados) não há dúvidas de que é a esse debate que ele se dirige quando faz a seguinte afirmação: o

perigo de um Irão com armas nucleares é exagerado e infundado porque a discussão em torno da questão tem sido “distorcida por preocupações mal colocadas e pela falta de compreensão sobre como os Estados geralmente se comportam no sistema internacional” (Waltz, 2012: 4).

Uma das distorções apontadas pelo autor é o facto dos governos dos Estados Unidos e Israel e da maioria dos analistas ocidentais retratarem o regime iraniano como irracional, argumentando que a lógica da dissuasão não se aplica num contexto de ‘insanos mullahs’. O temor ocidental, desse ponto de vista, é que a obtenção de um arsenal nuclear permitiria que o Irão se aventurasse num ataque nuclear contra Israel, mesmo que isso representasse uma retaliação massiva e a destruição de tudo que o regime iraniano mais preza. Porém, salienta Waltz, a política iraniana é conduzida por “ayatollahs perfeitamente são que pretendem sobreviver como qualquer outro líder” e que, apesar de adotarem uma “uma retórica inflamatória e de ódio”, não demonstram “qualquer propensão à autodestruição” (Waltz, 2012: 4). Outra distorção apresentada por Waltz é que, mesmo entre os analistas que aceitam a racionalidade da política iraniana, a preocupação persiste em função da possibilidade de que o arsenal nuclear acabe funcionando como um escudo, levando o Irão a atuar de forma mais agressiva ou a aumentar o seu apoio ao terrorismo, inclusive com o fornecimento direto de armas nucleares aos terroristas. O problema desse tipo de preocupação, argumenta o autor, “é que ele contradiz o registo histórico de todos os Estados dotados de armas nucleares desde 1945”: ao alcançarem a bomba, esses países passaram a sentir-se mais vulneráveis pela possibilidade de se tornarem “alvos potenciais aos olhos das maiores potências” e nada indica que o “Irão venha a mudar esse modelo” (Waltz, 2012: 4). Quanto à transferência de armas nucleares para terroristas, a complexidade tecnológica de tal operação e a crescente capacidade que os Estados Unidos tem desenvolvida para identificar a fonte de material físsil, levam Waltz a crer que o Irão não se arriscaria nessa empreitada e, a exemplo dos outros Estados nucleares, “manteria completo controlo de seu arsenal” (Waltz, 2012: 4).

Um terceiro foco de preocupação infundada dos analistas, segundo Waltz, é o receio de que a obtenção da bomba pelo Irão desencadeie uma corrida nuclear na região. Sobre esse aspeto, o autor relembra que Israel construiu seu arsenal nuclear num contexto de guerras com muitos dos seus vizinhos nos anos 1960. Desse modo, as armas nucleares israelitas constituíam naquela época uma ameaça no médio oriente muito maior do que o atual programa iraniano e, nem por isso, a nuclearização de Israel desencadeou uma corrida nuclear na região. Segundo o autor, nada indica que a nuclearização do Irão venha a mudar esse padrão (Waltz, 2012: 4).

Waltz finalmente destaca que, assim como a Índia e o Paquistão têm mantido a paz desde que alcançaram o equilíbrio da balança nuclear, Israel e um Irão nuclearizado passariam a deter-se um ao outro “como as potências nucleares sempre fazem”;

desse ponto de vista, logo que o Irão obtenha as suas armas nucleares, a dissuasão passará a determinar as relações entre os dois Estados, mesmo que o arsenal iraniano seja relativamente menor. Portanto, conclui Waltz, os formuladores de políticas de segurança, os cidadãos e os analistas do mundo árabe, de Israel, da Europa e dos Estados Unidos deveriam adotar uma postura menos preocupada e confortar-se perante o facto de que “a história tem mostrado que onde as capacidades nucleares emergem, o mesmo acontece com a estabilidade. Quando se trata de armas nucleares, agora e sempre, mais pode ser melhor” (Waltz, 2012: 4).

Identidade e Securitização: Hayes e uma Abordagem sobre a Construção do Programa Nuclear Iraniano como Ameaça Global

Mesmo reconhecendo que as capacidades militares e as questões da balança de poder dão importantes indicações para a interpretação da crise nuclear iraniana, a compreensão de como as ameaças e as políticas são identificadas e construídas pelos líderes dentro das suas cabeças e no âmbito público é um aspeto crucial na compreensão das dinâmicas de segurança envolvidas na questão. Hayes examina o discurso político dos tomadores de decisão americanos em relação ao Irão e à Índia e identifica aí umnexo entre esses discursos e a formulação das políticas de segurança relativa à questão nuclear desses dois países. O que essa relação mostra é uma clara ambiguidade na política externa americana: enquanto a Índia, um Estado fora do Tratado de Não Proliferação, é ajudado pelos Estados Unidos através de um acordo de cooperação para o desenvolvimento de tecnologia nuclear avançada, o Irão, um membro original do Tratado, é visto como uma ameaça à segurança global e torna-se alvo de sanções (Hayes, 2009: 979). Segundo Hayes, essas diferentes posturas decorrem da maneira como a elite política americana constrói uma identidade amigável da Índia (que leva à dessecuritização do seu programa nuclear, apesar das evidências materiais do arsenal nuclear indiano), enquanto constrói uma identidade hostil do Irão (que resulta na securitização do seu programa nuclear, apesar da sua alegada finalidade pacífica e da falta de materialidade de um arsenal nuclear iraniano).

Desse ponto de vista, avaliar as capacidades materiais ou a objetividade da ameaça não são procedimentos suficientes para compreender como emergem e como se dissolvem os problemas de segurança; o que é crucial a essa compreensão são os processos discursivos que resultam na construção socialmente compartilhada de identidades antagónicas do tipo amigo-inimigo, racional-irracional, dentro-fora, bem-mal (securitização) ou na desarticulação desse tipo de dicotomias (dessecuritização), bem como os efeitos práticos desses processos na gestão dos problemas.

Hayes realiza um cuidadoso rastreamento dos atos de fala dos tomadores de decisão norte-americanos em relação ao Irão e à Índia (Hayes, 2009: 985-993), cuja extensão obviamente impede a sua reprodução neste artigo, procurando examinar

como esses discursos são articulados e transmitidos pelas elites políticas do executivo e do congresso americano e refletidos na opinião pública geral. A conclusão do autor é que a identidade democrática exerce um papel crucial no discurso securitizador americano das atividades nucleares estrangeiras. Nesse sentido, a proximidade ou a distância em relação ao padrão de democracia compartilhado nos Estados Unidos e no Ocidente são articuladas no discurso das elites políticas americanas com o propósito de orientar o processo de discussão e formulação de políticas públicas quanto às “expectativas de confiabilidade, potencial para cooperação e disposição para recorrer à violência do Estado estrangeiro” (Hayes, 2009: 994). Assim, continua o autor, uma identidade democrática compartilhada reduz ‘o outro’ à imagem ocidental, “justificando a extensão do tratamento democrático (leia-se não violento) ao Estado estrangeiro” (daí a dessecuritização do programa nuclear indiano no discurso político americano); para Estados não democráticos (mais precisamente, para Estados não redutíveis à imagem da democracia liberal americana), tal como o Irão é retratado no discurso político dos Estados Unidos e do Ocidente em geral, “normas democráticas não são aplicáveis” (daí a securitização do programa nuclear iraniano) (Hayes, 2009: 994).

Em suma, conclui o autor, a identidade democrática é crucial na forma “como os líderes políticos comunicam as ameaças de segurança ao público”, independentemente das questões objetivas e materiais da ameaça. Desse ponto de vista, consegue-se compreender como a Índia, geralmente descrita como democracia antes de qualquer outra caracterização, é tratada no discurso americano como parceira confiável e cooperativa, mesmo que em 1998 ela tenha traído a confiança ocidental com os seus testes nucleares. Tal como no caso da Índia, prossegue Hayes, “o Irão é caracterizado principalmente pelo seu regime” e é a sua identidade não democrática que direciona todo o discurso das elites americanas para as ideias de baixa confiabilidade, irracionalidade, ‘eixo do mal’, etc. A consequência desse processo é que as relações entre Estados Unidos e Irão passam a ser de desconfiança e a única saída para a solução pacífica da crise, aos olhos americanos, passa a ser a mudança de regime e a democratização do Irão ((Hayes, 2009: 994). Enquanto isso não acontece, a questão nuclear iraniana continua securitizada com todos os efeitos excepcionais (sanções, soluções militares, assassinatos seletivos, etc.) que esse processo consegue justificar.

Conclusão: Algum Diálogo Possível?

Comparando as abordagens à segurança internacional aqui discutidas e ilustradas com base no caso da crise nuclear iraniana, pode-se enfim destacar as suas principais diferenças e afinidades. O paradigma estratégico-realista estuda a segurança internacional de uma perspectiva objetivista, procurando compreender como as ameaças realmente são para, então, propor a melhor maneira de mobilizar

e direcionar as capacidades materiais do Estado para solucionar, de forma eficaz, o problema de segurança representado por cada tipo de ameaça particular. Dentro dessa abordagem, o Estado é visto como uma entidade fixa, inquestionável e eterna – ator unitário da política internacional a quem todos os demais atores não estatais e subnacionais se subordinam – e o seu comportamento no sistema internacional é sempre racional no sentido em que visa, em última instância, a sua auto preservação e sobrevivência. Em função da sua pretensão de objetividade, o paradigma estratégico-realista acredita que a política e a segurança internacional seguem alguns padrões, algumas regras que podem ser generalizadas sob a forma de teorias a partir da observação do modo como os Estados se comportam dentro da estrutura anárquica do sistema internacional. Essa forma essencialista de vislumbrar a segurança dá ao paradigma estratégico-realista um caráter epistemológico e metodológico próximo ao das ciências naturais, fazendo das suas teorias (balança de poder, dilema de segurança, corrida armamentista, dissuasão, etc.) leis gerais que, ao serem aplicadas a um caso empírico particular, permite estabelecer previsões conforme ilustra, de forma exemplar, a análise de Waltz sobre a crise nuclear iraniana.

Na outra extremidade, os estudos críticos de segurança rejeitam essa perspectiva objetivista e concebem o sistema internacional em termos construtivistas e emancipatórios. Assim, se o Estado é o ator prioritário da política internacional, isto não se deve a nenhuma natureza do sistema ou da estrutura internacional, mas sim a uma política de poder que constrói o Estado como ator central e joga para as margens outros atores e outras dimensões da realidade. Dentro desse segmento, a Escola de Copenhaga autodefine-se como “radicalmente construtivista” (Buzan *et al.*, 1998: 204), mas evita o envolvimento com o polo crítico emancipatório do debate. Ela é construtivista no sentido em que define a segurança como um tipo particular de prática discursiva que constrói ameaças através de interações sociais entre o ator securitizador e a audiência – abrindo, dessa perspectiva, o leque de problemas de segurança para além dos tradicionais tópicos militares – mas ancora a teoria da securitização na tradição estratégica, a fim de evitar a expansão indefinida e a descaracterização do conceito de segurança. Ainda que a teoria da securitização não se comprometa com uma crítica emancipatória, isso não significa que ela seja acrítica ou que não se preocupe em questionar as relações de poder: a manipulação da construção de ameaças por elites ou grupos dominantes com o objetivo de dar prioridade a questões do seu interesse, manter uma ordem que lhe favoreça ou tratar comunidades políticas ou grupos sociais desfavorecidos e marginalizados por meios de exceção (como Estados periféricos, imigrantes, pobres, doentes, etc.) é uma possibilidade sempre presente nos processos de securitização, daí a preferência normativa da Escola de Copenhaga pelo processo inverso: a dessecuritização. Assim, embora o foco conceptual da teoria

da securitização recaia sobre o processo de construção discursiva dos problemas de segurança, os efeitos desse processo (tais como a formulação e a implementação das políticas de segurança) não são negligenciados na sua agenda de investigação, conforme ilustra o trabalho de Hayes sintetizado na secção anterior.

Pode-se concluir, com base nessa comparação, que apesar das claras diferenças epistemológicas e metodológicas e das diferentes questões que ambas as abordagens procuram responder, existe uma 'porosidade'⁵ entre as suas fronteiras que permite uma ligação e uma abertura para o diálogo. Do ponto de vista da Escola de Copenhaga, o construtivismo da teoria da securitização e o objetivismo dos tradicionais estudos estratégicos não impedem uma conceção de segurança internacional que sintetize aspetos importantes de ambas as abordagens. Nas palavras de Buzan *et al.*, a Escola de Copenhaga "não quer criar uma teoria da segurança que possa apenas dizer como tudo poderia ser diferente" (1998: 205). Desse modo, mesmo desafiando as premissas centrais do paradigma estratégico-realista – o foco na unidade do sistema internacional (o Estado) e no seu instrumento (a força militar) – a Escola de Copenhaga preocupa-se em manter o debate sobre segurança ancorado na sua problemática tradicional. Do ponto de vista dos estudos de estratégia, por outro lado, as fronteiras parecem ser mais rígidas na medida em que a teoria da securitização não se funda em fatores materiais mas sim em atos de fala. Isso pode, de uma perspectiva estratégica, soar muito abstrato e desvinculado das questões práticas de solução de problemas que motivam grande parte da sua agenda de investigação. É importante que os estrategistas percebam, porém, que a securitização é um processo que também produz efeitos práticos e que o ato de 'pronunciar a segurança' envolve responsabilidades que precisam de ser consideradas pelos formuladores de políticas, analistas, estrategistas, etc. (Buzan *et al.*, 1998: 211). Num momento em que as doutrinas militares e os planos estratégicos se abrem cada vez mais para incorporar as chamadas 'novas ameaças' (terrorismo, criminalidade organizada, pirataria, epidemias, catástrofes naturais, agroterrorismo, ciberterrorismo, espaço, etc.), é crucial que os estudos estratégicos levem em conta as responsabilidades envolvidas na nomeação desses tópicos com o rótulo da segurança e compreendam que a articulação de qualquer problema em termos de segurança é sempre uma opção política e nunca uma necessidade imposta por uma suposta 'natureza ameaçadora' dessas questões.

5 Essa expressão é utilizada por Croft para enfatizar que as fronteiras das diversas correntes dos estudos de segurança internacional são constructos determinados mais por necessidades de organização didática do que por divergências irreconciliáveis (2008: 510).

Referências Bibliográficas

- Alam, Aftab (2011). "Sanctioning Iran: Limits of Coercive Diplomacy". *India Quarterly*, 67(1), pp. 37-52.
- Baldwin, David A. (1995). "Security studies and the end of the cold war". *World Politics*, 48 (1), pp. 117-141.
- Booth, Ken (1991). "Security and Emancipation". *Review of International Studies*, 17(4), pp. 313-326.
- Booth, Ken (2005). "Beyond Critical Security Studies" em Ken Booth (ed), *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner.
- Burgess, Peter (2010). "Introduction" em Peter Burgess (ed) *The Routledge Handbook of New Security Studies*. London: Routledge, pp. 1-3.
- Buzan, Barry (1991). *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Buzan, Barry; Wæver, Øle e de Wilde, Jaap (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner.
- Buzan, Barry e Hansen, Lene (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Campbell, David (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Clausewitz, Carl von (1976). *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Croft, Stuart (2008). "What future for security studies?" em Paul D. Williams (ed) *Security Studies: An Introduction*. London: Routledge.
- Fierke, Karin M. (2005). *Diplomatic Interventions: Conflict and Change in a Globalizing World*. Basingstoke: Palgrave.
- Hayes, Jarrod (2009). "Identity and Securitization in the Democratic Peace: The United States and the Divergence of response to India and Iran's Nuclear Programs". *International Studies Quarterly*, 53(4), pp. 977-999.
- Huysmans, Jef (1998). "Security! What do you mean? From concept to thick signifier". *European Journal of International Relations*, 4(2), pp. 226-255.
- IC (2013). *Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community*. Disponível em <http://www.intelligence.senate.gov/130312/clapper.pdf>, data de acesso 28/07/2013.
- Kaldor, Mary (2000). *Global Insecurity: Restructuring the Global Military Sector*. London: Pinter.
- Korb, Lawrence J. (2010). "The Iranian quagmire: How to move forward. Position: Containment and deterrence". *Bulletin of the Atomic Scientists*, 66(6), pp. 95-101.
- Kane, Thomas M. e Lonsdale, David J. (2012). *Understanding Contemporary Strategy*. London: Routledge.

- Lipschutz, Ronnie D. (ed) (1995). *On Security*. New York: Columbia University Press.
- Mahapatra, Chintamani e Tourangdam, Monish (2011). "Iran's Quest for Nuclear Weapons Status: American Debate on Pre-emptive Strike". *India Quarterly*, 67(3), pp. 229-244.
- Morgenthau, Hans J. (1993/1948). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: McGraw-Hill.
- Pickring, Thomas R. (2010). "The Iranian quagmire: How to move forward. Position: Confident diplomacy". *Bulletin of the Atomic Scientists*, 66(6), pp. 88-94.
- Pieper, Moritz (2012). "The Return of Politics in Security Discourse on Iran". Comunicação apresentada na Annual Postgraduate Research Conference na Escola de Política e Relações Internacionais da Universidade de Kent, Reino Unido, em 17/05/2013.
- Ramberg, Bennet (2010). "The Iranian quagmire: How to move forward. Position: The military option". *Bulletin of the Atomic Scientists*, 66(6), pp. 121-129.
- Snyder, Craig A. (ed) (1999). *Contemporary Security and Strategy*. Basingstoke: MacMillan.
- Terriff, Terry; Croft, Stuart; James, Lucy e Morgan, Patrick M. (1999). *Security Studies Today*. Cambridge: Polity.
- Tickner, J. A. (1995). "Re-visioning security" em Ken Booth e Steve Smith (ed) *International Relations Theory Today*. Oxford: Polity, pp. 175-197.
- Wæver, Øle (1995). "Securitization and Desecuritization" em Ronnie D. Lipschutz (ed), *On Security*. New York: Columbia University Press, pp. 46-86.
- Wæver, Øle (2003). "Securitization: Taking stock of a research programme in security studies", paper presented at 1999 BISA Roundtable.
- Wæver, Øle (2004). "Aberystwyth, Paris, Copenhagen - New 'Schools' in Security Theory and their Origins between Core and Periphery", paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Montreal.
- Wæver, Øle (2011) "Politics, security, theory". *Security Dialogue*. 42(4-5), 465-480.
- Walt, Stephen (1991) "The Renaissance of Security Studies". *International Studies Quarterly*, 35(2), pp. 211-239.
- Waltz, Kenneth N. (2012). "Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balancing Would Mean Stability". *Foreign Affairs*, 91(4).
- Wendt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williams, Michael C. (1998). "Identity and the politics of security". *European Journal of International Relations*, 4(2): 204-225.
- Wyn Jones, Richard (1999). *Security, Strategy and Critical Theory*. London: Lynne Rienner.